

ATA DA 125ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de 2004, na sala de reunião do CAP, às 9h sob a presidência do Sr. **José Carlos de Oliveira Mendes** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, na sede da APPA, situada a Rua Antônio Pereira nº161, com a presença dos **Conselheiros**: Hélio José da Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Mário Manoel das Dores Roque, Juarez Moraes e Silva, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Silvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Roberto Frisoli, Jorge Tacla Filho, Carlos Gilberto Guardhain Mattoso, Arivaldo Barbosa José, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Aírton Galinari, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Antonio de Mattos e **Convidados** CMG Osmar Pedro da Cunha, Marco Antônio Franco, Nilson H. Camargo, João Ivano Marson, Maria Manuela de Oliveira, Mauro Maranhão, Florival Curcio Júnior, Luiz Henrique Tessutti Dividindo. **Justificativa da ausência**: Dos Conselheiros: Fernando Fonseca, Michael Martins da Silva, Ogarito Borgias Linhares, Adriano Gustavo Vidal e Convidado Dr. Jorge Quirilos Assis. **Abertura da Reunião**: O Presidente Sr. Mendes deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos, dizendo da sua ausência nas reuniões anteriores, em virtude de saúde. Disse que a partir desta reunião este Conselho terá como Presidente um funcionário da ANTAQ. Agradece a todos Conselheiros, ressaltando a lealdade como agiram para com este Presidente. Agora o Conselho passa a contar com a presença da Diretora Técnica, Eng. Maria Manuela. Pediu levar em considerações os avanços que se tiveram nestes últimos meses, com a mudança que houve na Diretoria Técnica do Porto, porque todos os problemas se localizavam ali: na dragagem; na manutenção; na limpeza e no berço do 213. Com a participação da Eng. Manuela neste Conselho, acredita que o diálogo entre todos os participantes deste poder aqui no porto, terá acesso direto e objetivo com a Diretoria Técnica. Está feliz com as presenças do Prefeito, do Juarez, dos demais integrantes dos blocos e dos Convidados permanentes que interagem com este Conselho. Aproveita para despedir dos Conselheiros e dos Convidados, e, dar posse ao Sr. Hélio José da Silva que seguramente, terá um trabalho árduo pela frente, para desbloquear todos os assuntos que constam na pauta. Agradece ainda, os trabalhos da Rosa que apesar de ter pouca ou nenhuma estrutura de apoio, tem feito trabalho gigantesco para ajudar este CAP em conseguir seus objetivos. **POSSE**: Toma posse o Sr. Hélio José da Silva e Sr. Zulfiro Antônio Bósio, pelo Bloco do Poder Público e Bloco dos Usuários dos Serviços Afins, respectivamente. Na sequência o Cons. Ozeil pede a palavra e parabeniza o ex- Presidente do CAP, Sr. José Carlos de Oliveira Mendes, pelo seu trabalho realizado no CAP durante a sua Gestão, e não realizou mais por motivos alheios a sua vontade. Também aproveitou a oportunidade, para dizer que a Comissão da Agenda Propositiva vai iniciar um trabalho de integração entre a Prefeitura de Paranaguá e o CAP, analisando, discutindo e propondo soluções para o bem estar de ambos os órgãos, tendo como relator o Conselheiro Sr. Zulfiro Bósio e o Conselheiro Dr. Ozeil Moura dos Santos como sub relator. Nos próximos meses deveremos marcar a 1ª reunião com o Grupo de Trabalho, para tratarmos do Plano de Ação, não só com a Prefeitura mas sendo o elo de ligação entre todas as Comissões do CAP, para serem atendidas em suas reivindicações aos órgãos competentes. Passando a palavra ao novo Presidente Sr. Hélio José da Silva que ressaltou e ampliou as colocações que o Sr. Mendes fez referências: que teve a oportunidade de iniciar um trabalho mais de apoio, de auxílio as atividades que eram desenvolvidas no âmbito do CAP de Paranaguá. Nesse período foi possível perceber o esforço, a determinação deste Conselho e naturalmente, o esforço que a Administração do Porto também empreendeu. Assume mais para dar uma colaboração mais direta, objetiva e naturalmente, buscando dar sequência a todo o trabalho que está sendo empreendido procurando fortalecer cada dia mais as determinações, as execuções, as competências deste Colegiado, que dentro dessa ótica naturalmente deve ser muito respeitado. Porque afinal, o Conselho de Autoridade Portuária como já disse em outros momentos, não substitui a Autoridade Portuária, mas também, a ela não se submete; ambos Autoridade Portuária (Administração do Porto) e o Conselho de Autoridade Portuária têm suas competências, suas atribuições definidas com muita clareza em Lei. E as duas Instituições formam um todo homogêneo, para pensar o Porto de

Paranaguá, para fazer que possamos desenvolver o Porto de Paranaguá. Ressaltou ainda, que o Porto de Paranaguá tem uma liderança, uma influência muito maior que o próprio Estado do Paraná, ele tem toda suas características, todo seus aspectos que dispensam quaisquer comentários, por essa razão precisamos pensar o porto não apenas como um ponto de trasbordo de mercadorias, mas um Porto de Paranaguá como infra - estrutura de comércio exterior, como um ponto de indução ao desenvolvimento regional e porque não dizer em todo país. Pensar no Porto de Paranaguá hoje, não significa apenas olhar no seu cotidiano é necessário pensar no Porto de Paranaguá focando uma diretriz, uma orientação, uma meta. Tem-se o porto hoje, com esse perfil, com essa importância. Qual o porto que queremos daqui a 3, 4,5 anos? aonde chegar? qual nosso planejamento estratégico? Se eventualmente hoje não dispomos desses indicadores ou se não os conhecemos é necessário conhecê-los; se não estimular para que possa firmemente ser estabelecidos, e opina que o Conselho de Autoridade Portuária trabalhem para fazer com que esses objetivos e essas metas sejam alcançadas. Da mesma forma, há de se considerar dentro desses comprometimentos que esse Conselho possui, em prol do porto. As decisões do CAP que são finais e essas decisões deverão ser estritamente respeitadas, da mesma forma que temos decisões que são ações propositivas, de sugestões, de manifestações e, de opiniões. Ressaltou e ampliou também, que as outras autoridades públicas que atuam no ambiente do porto, de acordo com sua natureza e especificidade da suas tarefas, necessitam colocar estas atuações em prol da ação portuária, ou seja, em prol da atividade portuária naturalmente, sem perder característica dos seus trabalhos. O Sr. Mendes falava em respeito da vinculação e da interação que tem com a cidade de Paranaguá. Então, a interface do porto com a cidade é muito forte. Por isso, a presença dos representantes da Administração Municipal e a atenção que tem que ser dada em relação ao impacto das atividades portuárias tem na cidade e vice-versa é muito grande, então, não pode de forma alguma pensar diferente, tem que levar em conta nos termos; quanto à atividade, quanto à gestão de um porto, tem um compromisso enorme como comunidade da cidade. Em razão disso, estou chegando aqui agora, com esse ato de posse na qualidade de Presidente do Conselho de Autoridade Portuária com esse espírito, ou seja, buscar fortalecer o que uni, não o que desuni. Se eventualmente erros ocorrerem, não vamos explorar o erro, pelo erro, mas vamos procurar contribuir com a superação do erro, não vamos pensar aqui principalmente, que somos amigos ou inimigos, somos todos parceiros, em busca de uma unidade portuária. Disse que conversou com Diretores da APPA a respeito dos trabalhos internos do CAP, e, colocou os seguintes: os Conselheiros dentro da sua co-responsável de promover o CAP têm que trabalhar ao nível de gerenciamento, de coordenação destes trabalhos; nas Comissões Internas com o aprofundamento das questões, começam as decisões que o Conselho irá tomar. O apoio da Administração do Porto às estas Comissões é fundamental, por isso, precisamos de assessoramento, precisamos dos técnicos especializados da APPA, para chegar nas Comissões, com conhecimentos profundos dos assuntos e auxiliar os Conselheiros que trazem suas experiências em outros níveis. Quem conhece especificamente as matérias são estes técnicos, que foram formados nos assuntos, então, o apoio destes técnicos é fundamental nos trabalhos das Comissões, também, não podemos sufocar o Conselho com tantos trabalhos; as reuniões das Comissões e conclusões deverão ser rápidas para poder avançar; por falta de apoio a este respeito, com falta de interação maior entre aqueles que deveriam estar prestando assessoramento às Comissões não se deslancham e isso desgasta os próprios participantes e a própria imagem do Colegiado. Da mesma forma, solicitou a colaboração de todos no sentido de apontar a esta Presidência e a nossa secretaria todas as necessidades de mudanças, de rotinas de procedimento que venham melhorar o nível de atuação do CAP. Ao iniciar esta nova etapa de trabalho, agradece o apoio de cada um em particular, que tem demonstrado acolhida a sua pessoa desde quando foi integrado a esse Conselho, mais ainda, na nova função e lhe asseguro que êxito que eventualmente viermos obter neste Conselho não é apenas do Presidente, mas sim, será o êxito do Colegiado, porque o papel do Presidente do Conselho é de facilitador e de catalisador e as decisões na verdade são dos Conselheiros. Cabe ao Presidente do CAP apenas proclamar os resultados, as decisões são dos Conselheiros. E o Conselho necessita ter mais decisões e uma vez decidido, com convicções, ser respeitado por todos aqueles que vão receber

impacto das decisões. Sintetizou, finalizando que o papel e atuação de cada um dos Conselheiros devem ser firme, mais respeitoso a todos. Manifestaram os Conselheiros **Mario, Juarez e Maria do Socorro** fazendo agradecimentos ao Sr Mendes em nome dos integrantes dos blocos, pelo período em que esteve na Presidência e oferecendo apoio ao novo Presidente. **Aprovação da Ata:** A Ata 124ª da Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade sem ressalvas. **OPERAÇÃO DO BERÇO 216:** O Sr. Presidente antecipa a participação da Eng. **Manuela** a pedido, que apresenta em slides a razão do porque o berço 216 não está liberado para operação e informando que o material estará disponível na secretaria do CAP. Respondendo a manifestação do CMG Osmar quanto à atracação de nove navios no berço 216 com calados menores e que não houve nenhum problema, e também, que nenhum dos berços do porto estão com a cota de calado estipulada nas Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos. Disse que está aceitando sugestões para a liberação a cota existente no momento; já que houveram reuniões nesse sentido e que, a princípio será o caminho a seguir; por enquanto, não poderá ser liberado para a cota de projeto. Alertou que é preciso lembrar que se está perante uma outra obra que é do Cais Oeste, em que se pretende dar condições de modernizar todo o Cais em termo de profundidade 14 metros, portanto beneficiando os usuários. Manifestaram os Conselheiros **Frísoli, Maria do Socorro e Calvo** dizendo da preocupação dos blocos, com o berço que poderia estar operando, atendendo a demanda dos navios em espera para atracação. Gerando assim, mais trabalho e riquezas na cidade. O Sr **Bósio** relata três questionamentos sobre a competência e a responsabilidade dos Conselheiros, baseado na lei 8630: o CAP é soberano e está subordinado única e exclusivamente aos interesses do porto; as decisões do CAP só podem ser revogadas por decisão judicial; e o CAP é o órgão superior deliberativo do porto e é autorizada a câmara de discussão de todas as questões institucionais e operacionais que diga respeito à administração e ao desenvolvimento do porto. O Sr. Presidente expõe que, diante do que foi colocado, se tem expectativa de entendimento, propõe em termo prático: o que é necessário para a liberação do berço operar com a profundidade existente; precisa-se de algumas medidas determinativas em termo de liberação, além da batimetria; e, se há outra ação necessária. Em resposta a Eng. **Manuela** fala que há necessidade da solicitação oficial com a documentação completa, para análise dentro do regulamento vigente e após o parecer técnico, será enviado ao Superintendente para apreciação, aprovação e emissão do ato que lhe compete. O Sr. Presidente disse que precisa ser agilizado, não por aspecto de burocracia da pauta, mas pelo o que o caso requer, porém precisa ser tomada decisão para que possa progredir. Solicita ao Sr. Mauro do TCP que encaminha formalmente a APPA solicitação da liberação do berço na profundidade existente, anexando os documentos necessários, para um posicionamento definitivo. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA – FUNSILO, FUNPORT E FUNMAR:** O Cons. Fayet relata que apreciou exclusivamente a questão formalística dos fundos instituídos e que não entrou na avaliação dos programas de aplicação dos recursos e nem da verificação dos recursos aplicados. Propõe aos Conselheiros que o CAP ignore a Ordem de Serviço nº 82/APPA e que determine a APPA a retomada imediata do cumprimento, estabelecida na Resolução nº 09/2000, correspondente à Ordem de Serviço nº 181. Propõe que adicionalmente com a decisão e o material que a instrui, sejam encaminhadas a ANTAQ e ao Tribunal de Contas do Estado. E finalmente, propõe que se aprovadas as sugestões, a matéria seja devolvida a Comissão para reexame, evidentemente às questões técnicas específicas. Manifestando o Cons. **Mário** relata que a questão dos fundos é um assunto complexo se encarado pelo ponto de vista jurídico. A Lei nº 4.320, que disciplina o orçamento público, menciona que fundos especiais sejam criados por lei. Pede que o Dr. Maranhão, na condição de convidado do Conselho e Procurador Jurídico da APPA, faça uso da palavra para passar o fundamento jurídico que a APPA se baseou. Acha que importante é que o valor da arrecadação foi preservado e que serão feitos os investimentos e a manutenção de acordo com a programação que foi definida. Rebatendo a manifestação do Cons. Gori que esta Administração praticamente desde 2003, as aplicações estão paradas, contesta justificando que inicialmente foi necessário tomar conhecimento dos atos e fatos que estavam ocorrendo no âmbito portuário, fazer planejamento e verificar os passivos trabalhistas, fiscais, para fiscais, parcelamentos assumidos na gestão anterior, descontos e isenção nas tarifas,

inadimplências nas faturas, contratos irregulares, pagamento de horas extras não realizadas, desvio de função e outras ações para se ter uma boa administração. Verificados todos os pontos, foram constatados que a APPA poderia entrar em colapso, caso não fosse tomada nenhuma providência no sentido de corrigir as distorções apuradas. Informa que foram períodos muito difíceis para todos do sistema portuário. Cita como exemplo duas ações contra o porto, que se encontravam no Supremo, totalizando a importância mais ou menos de 300 milhões de reais (Sindicato dos Arrumadores e Receita Federal). Informa ainda, que quando a APPA iniciou os processos licitatórios houve muitos entraves, em virtude de vícios, sendo obrigado o Superintendente cancelar vários processos e reiniciando-os, conforme os ditames legais. Agora, já se têm boas perspectivas: a fase da conclusão da obra de recuperação do berço 213; a pavimentação em concreto de mais de 25 km de área entorno do porto; a certificação do HACCP no corredor de exportação; o projeto da construção do Cais Oeste; o projeto de recuperação da extensão do cais público; o projeto do terminal de Fertilizantes; o projeto do terminal de carga geral e líquido; EIA-RIMA dos Portos de Paranaguá e Antonina; modernização na área de informática e outros investimentos que estão caminhando. Crê que só está faltando trazer ao conhecimento da Comissão competente do CAP. Respondendo a manifestação do Sr. Presidente, disse que quando houve a decisão CAP, estabelecendo estes fundos, e que se destinou também a sua utilização, quando se homologou o aumento tarifário. O Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional e a portaria do Ministro dos Transportes aprovaram o reajuste de tarifa, não fazendo menção aos fundos. Concluindo disse que a administração procurou em respeito à decisão do CAP, em respeito aos esforços dos usuários e dos membros do CAP para aumentar a tarifa, procurou preservar estes fundos e denominou programas de investimentos. Está preservada a capacidade de capitalização dos fundos e o que está faltando neste momento é a execução dos investimentos e manutenção, que foram especificados pelo CAP. O Conselheiro Fayet fala que o Diretor Dr. Mario não leu o Voto-vistas, no qual constam várias questões envolvidas: a primeira é uma questão de hierarquia, o Superintendente poderia ter solicitado ao CAP, que fizesse uma modificação na nomenclatura, não, o "Superintendente de uma entidade subalterna, revogar uma resolução de um Ente, que é uma Instituição Pública Federal, que se chama CAP e que tem hierarquia superior"; segundo em vez de se preocupar em revogar isto, em 18 meses decorridos, a administração deveria se preocupar em realizar as obras, inclusive na carta do Superintendente encaminhado ao CAP, na qual consta "que os fundos não vem atingindo os objetivos esperados" ele adiciona no seu entendimento, que a pobre justificativa alegada, é a menos estranhável, pois a aplicação dos recursos de programas, aprovadas no CAP são de responsabilidade da administradora, logo, quem não estava atingindo os objetivos, era a ação administrativa. Concluindo disse que a primeira é questão de hierarquia e a segunda questão de mérito. Registra ao Dr. Mário a seguinte colocação: a administradora por ser Estadual, tem subordinação ao Tribunal de Contas do Estado, mas o CAP não tem contas a prestar ao Tribunal de Contas do Estado e sim, ao Tribunal de Contas da União. O Conselho compulsou nos pareceres, onde mostra que tem uma parte da tarifa para cobrir custeios e uma outra parte para cobrir investimentos. O Cons. Frisoli propõe que o Conselho deva fazer uma consulta formal a Comissão de Infra-Estrutura do Ministério dos Transportes, da Fazenda e do Planejamento para averiguar se deve continuar ou não, pois foi autorizado pelo Governo Federal este aumento tarifário. Solicita pela quinta vez, a Comissão e a APPA o parecer da situação das moegas do Silão, quanto à questão de investimento e a questão de manutenção. O Sr. Presidente sintetiza que há duas questões distintas: uma decisão que se tomou; a outra questão da nomenclatura. Posicionaram os Cons. Bósio, Luiz Antonio, Maria do Socorro e demais na questão de manter esses recursos para suprir os investimentos e manutenção, uma vez que na época foram muitos esforços para ser aprovada. O Sr. Presidente reportando a solicitação do Conselheiro e Prefeito de Paranaguá, disse-o que encaminhe ao Conselho as propostas, os questionamentos e as necessidades da matéria, de tal modo que o Colegiado como a Administração do Porto junto tentarão empreender estes esforços um posicionamento e o encaminhamento necessário às instâncias competentes, para promover e dar sequência a suas intenções. O Conselheiro Mário fez pedido de Voto-vistas e colocou a disposição dos membros da Comissão, inclusive do Cons. Fayet para que se possa condensar estas sugestões e que discorda a nível jurídico deste, mas que são

contornáveis. Solicitou aos membros da Comissão colocarem os pleitos, as reivindicações para que possa dar serenidade os investimentos e a manutenção, utilizando os recursos devidamente preservados, pede também, o auxílio de todos, inclusive da Eng. Manuela e do Dr. Maranhão e propõe edição de ordem de serviço regulamentando estes recursos. O Cons. Gori a pedido do Presidente, disse que coloca a apreciação e a votação do Plenário, independente o Voto-vistas solicitado pelo Cons. Mário. Intervindo a Cons. Maria do Socorro disse que há direito igual, o Voto-vistas tem que ser concedido, se não, há injustiça. O Sr. Presidente concede o Voto-vistas ao Conselheiro Mário até o dia 10. **COMISSÃO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS:** O relator Fayet disse que a Comissão reuniu-se no dia 01/06/04, às 13h30, para análise da proposta sobre **Normas de Pré-qualificação de Operadores Portuários**, com as presenças dos membros titulares os Conselheiros José Silvio Gori, Maria do Socorro de Oliveira, e dos Conselheiros Mário Marcondes Lobo Filho, José Roberto Almeida Corrêa, Sidney Pinto, e Convidados Edson Cezar Aguiar, Nilson Hanke Camargo, representante da Faep. Inicialmente a Comissão firmou entendimento de que a matéria já foi apreciada em reunião anterior e, que sua volta à análise, se deve ao pedido do Plenário para que se estudasse a possibilidade de obter consenso com relação aos pontos 1 (um) e 5 (cinco) da Ata da respectiva reunião. Também firmou entendimento de que a grande preocupação está em dar tratamento adequado aos Operadores, considerando de um lado, as dimensões de suas respectivas tarefas e as exigências a cumprir e, de outro, a garantia do interesse público. Após exaustiva análise, os Membros da Comissão entenderam que as exigências referentes a capital e seguros, integrantes dos itens supra mencionados, só deverão ser alteradas em relação às normas atuais, após uma avaliação técnica mais profunda, contudo, que essas avaliações devem ser efetuadas com a possível brevidade. Dessa forma, tomou a decisão unânime de apresentar ao Plenário as seguintes proposições: aprovação da minuta sugerida pela Comissão, conforme apresentada em anexo; manutenção transitória dos valores vigentes para capital e seguro, de acordo com a norma atual aprovado pelo Conselho; a Comissão também decidiu propor ao Plenário que institua dois Grupos de Trabalho de Apoio à Comissão, composto por Técnicos representantes da APPA, Trabalhadores e dos Operadores Portuários, para num prazo máximo de 90 (noventa dias) prepararem uma proposta sobre seguros e outra sobre capital; o Grupo que analisará a questão do capital mínimo, além de outros aspectos, deverá estudar a conveniência de serem estabelecidas categorias de Operadores ou não, diferenciais entre retro-portuários e os da zona primária, escalas de risco operacional e garantias alternativas; o Grupo que analisará a questão dos seguros, além de outros aspectos, deverá estudar as definições de riscos, classificação por tipo de operação, divisão em categorias de Operadores, exigências de coberturas, forma operacional (individual, agrupamento ou mista); recomendar aos Grupos de Trabalho que consultem modelos adotados em outros portos, como por exemplo o do porto de Recife. O Conselheiro Mário manifestou fazendo algumas ponderações técnicas, que inclusive fez naquela ocasião, não quanto o seguro que está de acordo, mas quanto o capital social opina que seria aleatório, para posicionar que a empresa tenha idoneidade financeira maior e garantia maior. Propõe a votação imediata do capital social, pela permanência da importância atribuída pelos técnicos da APPA. O Presidente pergunta se há mais alguma manifestação de Conselheiros. A Maria do Socorro solicita por questão formal, que a norma seja assinada pelos membros da Comissão e que será válida aquela que tiver as respectivas assinaturas, evitando assim, qualquer problema futuro. O Conselho aprova **As Normas Para Pré-Qualificação De Operadores Portuários Dos Portos De Paranaguá E Antonina**, em anexo, de conformidade com a Ata nº 06/2004 da Comissão Permanente de Operações Portuárias, apresentada ao CAP nesta data; manter, em caráter transitório, os valores vigentes da apólice para Operações Portuárias de Seguro de Responsabilidade Civil Geral para riscos portuários, na importância mínima segurada de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme o item 4.14, bem como o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para indicação do Capital Social integralizado mínimo constante no item 5.3 destas normas. Estes valores são a preços de outubro de 2003, corrigidos anualmente pela variação IGPM; instituir dois Grupos de Trabalhos de Apoio à Comissão Permanente de Operações Portuárias, para um prazo máximo de 90 (noventa) dias, apresentar propostas em relação aos valores do Seguro e em relação ao Capital, mencionado no item anterior. Estes Grupos de Trabalhos deverão atender as

determinações constantes na referida Ata; definir que os Grupos de Trabalhos sejam compostos por representantes da APPA, dos Trabalhadores e dos Operadores Portuários, podendo, se necessário convidar especialistas para assessoramento técnico específico. Quanto o assunto sobre o **Regulamento da Operação Safra** apreciação da proposta do GT/Ministério dos Transportes/APPA e do parecer da Comissão. O Cons. relator **Fayet** disse que a Comissão terminou a elaboração do documento. Entretanto há necessidade de revisão gramatical, porque o técnico indicado pela APPA, disse que no material haviam vários erros descritos. Portanto, solicita Reunião Extraordinária do CAP, no dia 02 de julho, para apresentação do relatório final. O Sr. **Presidente** coloca ao Plenário a proposta para manifestações, mas informa que as pautas estão extensas e que constará na ordem do dia os assuntos que estiverem devidamente instruídos e com conhecimento a todos os Conselheiros, 48 horas antes da reunião. Determina também, que haverá Reunião Extraordinária, somente se a secretaria do CAP receber o material devidamente instruído e repassado. **DRF/ PARANAGUÁ/PR:** assunto sobre as condições Operacionais de Trabalho, com a palavra o Sr. **Marco Antonio, Delegado DRF** relata que em 2002 tinha um projeto de ampliação como resultado da demanda dos próprios exportadores, tendo em vista que o local era pequeno. Com a mudança da Diretoria da APPA a licitação foi suspensa e recomeça a negociação com a APPA e tinha mais ou menos decidido, que seria feito o projeto apresentado a Receita e aprovado. Informa que desconhece como se encontra o andamento do processo. No segundo semestre houve problemas no local com rede elétrica, telefone, limpeza e climatização. A Comissão da Receita Federal, designada para vistoria dos recintos alfandegados, informou o Superintendente do APPA, através de ofício e intimação das condições operacionais do local. Considerando que as providências não estavam sendo executadas. Decidiu retirar os servidos do local, efetuando a devolução e passou o atendimento na Delegacia, com certas dificuldades porque o horário de atendimento a exportação é diferenciado. Caso não se resolva crê que será mais grave, com a determinação da suspensão ou cancelamento do alfandegamento do porto. O Dr. **Mário** manifesta a posição que a Receita e o Porto têm que ser parceiro nas movimentações de mercadorias, essa sinergia é importante para o comércio exterior, com visão ampla. Entretanto, opina que as condições são relativamente adequadas, porque as instalações são as melhores que a APPA possui na faixa portuária, mas afirma que poderá sempre melhorar. Não quer discordar com o Delegado, porém acha o local é compatível para a realização dos serviços de plantão e fora do expediente normal e também entende a dificuldade da Delegacia com a falta de auditores e técnicos. Opina que diante disso, tem de haver colaboração para os exportadores e importadores que são nossos clientes não venha ter nenhum tipo de prejuízos. Por parte da APPA, inclusive da Eng. **Manuela** porque faz parte da sua área de atuação, a melhor atuação possível para viabilizar as solicitações da Delegacia da Receita. O Sr. **Presidente** pergunta qual a contribuição do Colegiado no processo e propõe o encaminhamento de correspondência a Administração Portuária para cumprir imediatamente as determinações da legislação vigente. Sendo aprovada. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PDZPO DO PORTO DE PARANAGUÁ:** A relatora **Maria do Socorro** fala que a Comissão reuniu-se no dia 16/06/04, às 9:30 horas, para análise das obras programadas para o Cais Oeste e remodelagem dos berços 201/202 trecho de 180 metros, 206/208 trecho de 400 metros e 212 /213 trecho de 436 metros. A Comissão entende que as obras do Cais Oeste e a sua destinação estão contempladas no PDZPO, com algumas ressalvas, que já foram apontadas quando da aprovação do Plano: sobre o avanço do Cais em direção à Igreja do Rocio, que mereceu, na ocasião de sua aprovação diversas intervenções do Bispado e da Prefeitura Municipal; sobre a segurança da navegação, que mereceu reparos e considerações da praticagem, em relação ao projeto do DNIT. Na remodelagem dos berços 201/202, trechos de 180 metros, a Comissão tem as seguintes considerações: este é o trecho contemplado no PDZPO como "Corredor Oeste" destinado à expansão de graneis. Neste trecho o Plano contempla dois berços de atracação, obrigando aos usuários da área adaptarem-se ao novo Layout, reorganização dos espaços portuários. Com isso as empresas Bunge, Soceppar e Pasa, ademais de outras que se instalem na área formam um novo Corredor de Exportação, reajustando seus espaços e correias transportadoras de embarque; ocorre que com a revitalização proposta na área, 180 metros, entre os berços 201 e 202, não contemplarão o Corredor Oeste com os dois berços previstos, com condições de calado para a

atracação como no mínimo para os navios tipo Panamax e idealmente para os Cape-Size, por exemplo. A obra, como demonstrada não proporcionará nenhum novo berço efetivo com as condições operacionais previstas; daí a Comissão lembra a necessidade de que as obras contemplem o Corredor Oeste, conforme previsto e aprovado no PDZPO. Embora o tema não seja da competência específica da Comissão do PDZPO, os integrantes consideram importante que seja estudado com antecedência a paralisação dos berços que serão revitalizados, para que os terminais e operadores atingidos possam readequar seus contratos e operações. Por isso, solicita que o tema seja encaminhado à Comissão de Operações Portuárias. Após os debates o Conselho aprova o encaminhamento do relatório da Comissão à APPA para as providências decorrentes. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO TREINAMENTO PORTUÁRIO:** O Cons. Relator Arivaldo informa sobre o posicionamento atual, que evolução bastante uma vez que houve acréscimo quantitativo de cursos para os TPA's. **COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAMÇÕES SOBRE PROBLEMAS OPERACIONAIS DO SISTEMA FERROVIÁRIO:** Aprovado o encaminhamento do ofício de reiteração a ANTT. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DRAGAGEM, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA - ESTRUTURA MARÍTIMA:** Sobre o Plano Anual de Dragagem-2005, o Sr. Presidente relatou que o Plano de Dragagem não foi distribuído aos Conselheiros, o assunto foi aprovado para ser encaminhado para a Comissão específica. **ISPS CODE** o Sr. Luiz Henrique fala como colaborador do projeto, em nome da Comissão que não está presente, por estar fazendo vistorias nos terminais, não só a CESPORTOS, como o Presidente da Comissão responsável pela certificação do ISPS Code, fazendo em média duas vistoria por dia. Os terminais vistoriados até agora têm apresentado os resultados de acordo com descrito no plano, os que não tem obras finalizadas tem cronograma de finalização que a CESPORTOS e a Comissão estão acatando. A dificuldade foi que alguns inspetores de segurança não passaram no treinamento. Quanto às discussões junto ao OGMO já estão bem avançados, só está faltando à deliberação da Comissão nas providências que o OGMO vai tomar para que não haja nenhum problema na entrada dos trabalhadores no porto. Em relação ao atendimento do compromisso no CAP, a APPA designou um volume de recursos foi feito emergencial e que ficou em torno de 400 mil reais. Quanto à parte de balança e tecnologia os projetos estão encaminhados. A parte institucional foi vencida às fases e tem-se um compromisso de implementação até o final do ano. O Sr Presidente disse que o CAP recebeu da APPA, correspondências para apreciação e manifestação do Conselho em relação ao Projeto do Terminal Público de Fertilizantes e o Projeto do Terminal de Carga Geral e Líquidos com o respectivo orçamento. Dando encaminhamento a Comissão de Acompanhamento do PDZPO. **ASSUNTOS GERAIS:** O Presidente solicita aos Conselheiros não só aos titulares, como aos suplentes que adicionem esforços para auxiliar nas conduções do trabalho do CAP, na organização dos trabalhos, no encaminhamento e na participação da reunião. Não se trata de limitar a participação de ninguém, mas tem que haver mais organização e mais disciplina, pois quando a matéria chega afogada acaba-se sendo sufocado como esta pauta longa, e espera não repeti-la, mas pelo fato se ter um processo decisório mais tranquilo, e que a secretaria do CAP tenha mais apoio. Informa que os Conselheiros que tiverem seu mandato vencido, tanto os titulares, como os suplentes, que a secretaria do CAP irá fazer um expediente para atualizar. O Conselheiro Mário disse que a questão da representação de vários blocos seja preservada e sugere para não mexer em todas as Comissões, seja feita reunião da Comissão de Regimento Interno, que faz tempo que não se reuni, sobre a relatoria do Cons. Mauro para analisar, discutir e sugerir alguma solução provisório, tendo em vista a pendência da Portaria do Ministério dos Transportes referente as nomeações deste CAP. Manifesta-se a Conselheira Maria do Socorro no sentido de que nos debates dos assuntos das Comissões falta representação da APPA com argumentações para defender as posições. Comenta que ao longo da história deste CAP, a APPA vinha obter votos para apoio nas suas decisões. O Conselheiro Fayet propõe que apresentação de Voto-vistas do Cons. Mariozinho fosse feita na Reunião Extraordinária. Cons. Mario não aceita a proposta considerando o prazo exíguo para construir consenso. O Sr. Presidente solicitou o Plenário decidir. Entretanto, houve empate no resultado, decidindo pela proposta do Cons. Fayet. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos,

confirmando a Reunião Extraordinária para o dia 02 de julho de 2004, às 9h e tendo eu
Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente Ata que
segue assinada, pelo Presidente, demais Conselheiro, e Convidados.

CONSELHEIROS/CONVIDADOS

José Carlos de Oliveira Mendes
Hélio José da Silva
Mário Marcondes Lobo Filho
Mário Manoel das Dores Roque
Juarez Moraes e Silva
Carlos Alberto S. Calvo
José Silvio Gori
Mauro Fontoura Marder
Carlos Roberto Frisoli
Jorge Tacla Filho
Zulfiro Antônio Bósio
Ozeil Moura dos Santos
Luiz Antônio Fayet
Ailton Galinari
Sidney Pinto
Luiz Antonio de Mattos
Maria do Socorro de Oliveira
Wilson Moraes da Silva
Carlos Gilberto Guardhain Mattoso
Arivaldo Barbosa Jose
CONVIDADOS:
CMG Osmar Pedro da Cunha
Marco Antonio Franco
Maria Manuela de Oliveira
Mauro Maranhão
João Ivano Marson
Florival Curcio Júnior
Nilson Hanke Camargo
Luiz Henrique Tessutti ~~Dividido~~
Dividido

José Rosendo Alcuneta Coscia
Bloco vermelho.

ASSINATURA

